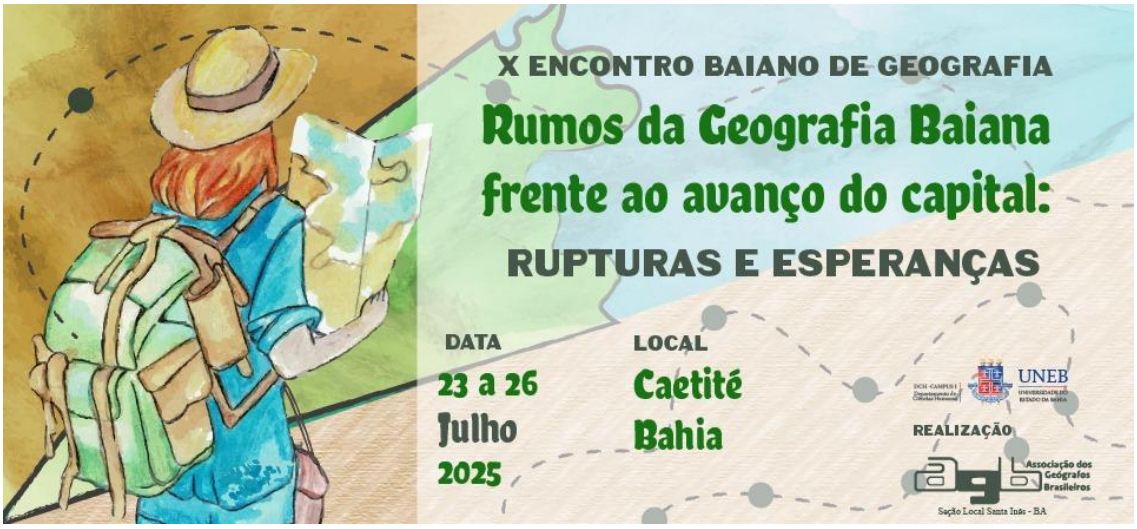

O ESPERANÇAR DA SOBERANIA ALIMENTAR INTERMEDIADO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Michele Paiva Pereira[1]

Palavras-chave: Alimentação; Ciência Geográfica; Segurança alimentar e nutricional.

INTRODUÇÃO

O direito à alimentação é um direito humano, em que "o alimento é o primeiro e o maior dos paradigmas do comportamento moral, ou seja, da aquisição de autocontrole" (CARNEIRO, 2005, p. 74), sendo assim, a cultura alimentar precisa ser reconhecida e valorizada em todos os aspectos. Trata-se de um tema de suma importância, pois é uma das necessidades básicas do ser humano e um direito inalienável, que nos estudos acadêmicos compreendem múltiplas abordagens e que na Geografia, "o tema alimentação está normalmente inserido no debate que envolve a agricultura e a produção de alimentos" (TEÓFILO, 2018, p.1).

O modo de produção capitalista tende a homogeneização, inclusive dos hábitos alimentares. Josué de Castro, quando participava dos Planos e Projetos de Desenvolvimento do país questionou "até que ponto o progresso econômico realizado tem sido favorável e até que ponto tem ele fracassado no sentido de melhorar as condições de alimentação do nosso povo – alargando a negras manchas de miséria de nossa geografia da fome" (CASTRO, p. 49, 1983). Não obstante, passados quarenta anos, ainda continuamos a indagar quais são os sujeitos que estão seguros alimenticiamente/nutricionalmente e qual a construção de soberania alimentar está sendo realizada.

O debate torna-se ainda mais complexo quando analisado do ponto de vista educacional, visto que em consonância com a perspectiva crítico-libertadora de Paulo Freire (2005), a educação possui um princípio político de questionamento e de libertação, onde os

[1] Mestra em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL) e Geografia (UFBA), Professora da Rede Estadual de Alagoas (SEC/AL), E-mail: pmichele765@gmail.com.

sujeitos devem ser estimulados para compreender a sua realidade e a partir disso, se engajar em processos de transformação.

Neste sentido, esta pesquisa -ainda em andamento, iniciada no ano 2023- tem por objetivo analisar a contribuição da ciência geográfica, em especial do ensino de Geografia para a construção da soberania alimentar brasileira. Para tanto, adotou-se na primeira fase da pesquisa, os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental, análise bibliométrica[2] com a utilização dos indexadores- alimentação e Geografia- nos artigos publicados nos últimos dez anos no site Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2024) realizada no período entre maio e julho de 2024. Na segunda fase será realizada aplicação de questionários com professores de Geografia que atuam na Educação Básica e Ensino Superior nos Estados da Bahia e Alagoas e oficinas de formação para professores da educação básica.

.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Maximilien Sorre (1952) propôs a geografia da alimentação com a centralidade no conceito de regimes alimentares, tanto para análise de alimentação de grupos humanos localizados, como relacionado com outras noções geográficas. O princípio de análise é que o alimento não é um produto neutro, ele é constituído como uma categoria histórica que foi construída por relações multiescalares que compreendem as dinâmicas de produção, distribuição e consumo de alimentos que perpassam por relações de poder, política e identidade.

A dimensão temporal e espacial da atualidade permite inferir que ao longo da história foi construído um sistema agroalimentar hegemônico que por meio do multiplicador tecnológico, transformou o alimento em mercadoria. Tal transformação, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, provocou profundas modificações alimentares, incluindo o consumo de alimentos ultraprocessados, os organismos geneticamente modificados (OGM) e gourmetização, que embasam a necessidade do debate da alimentação como uma das grandes questões sociais e de saúde pública mundial e torna a pauta da segurança e soberania alimentar urgente.

Segurança e soberania alimentar são pares conceituais complementares. Enquanto o termo segurança alimentar foi formalizado em 1986 na Conferência Internacional em Promoção de Saúde, o termo soberania alimentar foi elaborado em 1996 pela Via Campesina Internacional e levado para a Cúpula Mundial da Alimentação: “A soberania alimentar é o DIREITO dos povos, países ou uniões estatais de definirem suas políticas agrícolas e alimentares, sem qualquer dumping em relação a terceiros países” (VIA CAMPESINA, 2022).

Desde a década de 1940, a temática é discutida no Brasil para a criação de ações e políticas públicas de combate à fome e promoção da saúde e para o Estado brasileiro, o conceito de Segurança Alimentar é

> Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que

[2] Análise bibliométrica ou bibliotecometria abrange “o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. A bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisões”. (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134).

> respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

A questão da educação sempre foi um desafio, pois havia o entendimento da necessidade de alcançar mudanças conceituais e práticas significativas, qualificadas nas diversas escalas do território brasileiro. Para tanto, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou o encontro "Educação Alimentar e Nutricional (EAN) – Discutindo Diretrizes" no ano de 2011 para criação de um documento orientador de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012) e anualmente, realiza reflexões sobre os avanços e desafios. Consta neste documento que na Educação, o curso de graduação em Nutrição possui a EAN como disciplina e campo de prática obrigatório no currículo e que é necessário a participação de outros cursos na reformulação deste material, sobretudo os que discutem a questão territorial.

PRIMEIROS RESULTADOS

A análise documental dos documentos oriundos dos Programas e Planos que discutem o EAN (re)afirmam a integração dos saberes para promoção da alimentação saudável e a nota técnica nº 2810740/2022 sobre *Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação* menciona pela primeira vez, a importância do Ensino de Geografia na Educação Básica para discutir a temática:

> [...]Geografia – sustentabilidade, meio ambiente, sistemas de produção de alimentos sustentáveis, regionalidade, alimentos regionais, patrimônio cultural, biodiversidade, plantas alimentícias não convencionais, transição nutricional, fome, desigualdades, segurança alimentar e nutricional, produção local de alimentos, origem dos alimentos que consumimos, desperdício de alimentos, descarte de lixo doméstico, uso exacerbado de embalagens alimentícias, resíduos da produção industrial, diário alimentar dos alunos como ferramenta para gerar o debate entre cultura e ingestão alimentar, relação entre economia e alimentação (fome, insegurança alimentar, produção de alimentos etc.)[...] (BRASIL, 2022).

Diante da análise, percebe-se dois aspectos que merecem atenção para a discussão nas questões de ensino: a baixa representatividade de geógrafos educadores nas assembleias, encontros formativos e de elaboração/revisão dos programas de EAN e do SAN e invisibilização nos documentos educacionais de Estados e Municípios da Lei nº 13.666/2018, a qual determinou a inclusão do tema transversal da EAN no currículo escolar. A alimentação é citada nas portarias do ano letivo dos Estados da Bahia e Alagoas somente nas comemorações do Dia Mundial da Alimentação- 16 de outubro e o Dia Nacional da Alimentação Escolar- 21 de outubro, quando citados.

No site Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2024), ao pesquisar os indexadores alimentação e Geografia revelam que nos últimos dez anos, a Ciência Geográfica publicou 181 artigos resultados de estudos que debatem a alimentação por diversas perspectivas: cultura, saúde, políticas públicas, fome, indicação geográfica, meio ambiente, crise alimentar, educação alimentar, horta escolar. Trata-se de pesquisas com diversidade de abordagens, mas em termos quantitativos ainda são poucos, visto que a comida é uma necessidade que é debatida cotidianamente.

A matriz conceitual resultante destes artigos aponta as seguintes questões: prevalência do termo Geografia da Alimentação em comparação a Geografia dos Alimentos; apenas quatro artigos cita o termo regimes alimentares; predomínio de exemplos de horta como ação de EAN em escolas e universidades; artigos que analisam legislação sobre EAN abordam somente o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação do brasileiro tem passado por muitas modificações que comprometem a promoção de saúde e o ensino de Geografia deve promover reflexões sobre alimentar saudável e com soberania alimentar, quer seja pela abrangência de temas estudados que estão vinculados com a alimentação, quer seja pela sua característica combativa de promoção da transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, n.42, p 71-80, 2005. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4640/3800. Acesso em: 05 jun. 2018

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

CUSTÓDIO, Marta Bataglia. **Política Nacional de segurança alimentar e nutricional no Brasil**: arranjo institucional e alocação de recursos. Tese (doutorado). Faculdade de Saúde Pública. Universidade São Paulo. São Paulo, 2009.

SORRE, Maximilien. A geografia da alimentação. Traduzido por Ana Letícia Espolador Leitão. **Revista Franco- Brasileira de Geografia**, n. 51, 2021. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/39115?fbclid=IwAR2E41Ehenni8H-al1TIwZtVJlEFGSod2wLmHXkbNjPARrNvoLYjENu8g7s&lang=fr. Acesso em jun. 2023.

TEOFILO, Leandro Ramos. Geografia e alimentação na educação básica: considerações sobre escolhas alimentares em ambientes urbanos. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA/ IV SEMINÁRIO ENSINAR GEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE – "A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO ÂMBITO IBEROAMERICANO : CONTEXTOS E PERSPECTIVAS". **Anais** [...] Maceió: UFAL, 2018.